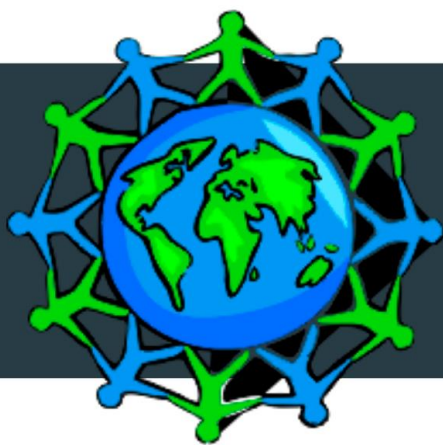




Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

SANEAMENTO BÁSICO NO MARANHÃO: uma análise do financiamento e da gestão no período de 2009 a 2018

BASIC SANITATION IN MARANHÃO: an analysis of financing and management in the period from 2009 to 2018

José Rui Moreira Reis¹

RESUMO

O artigo analisa o financiamento e a gestão do gasto público em saneamento básico executado pelo Estado do Maranhão no período de 2009 a 2018, destacando o montante, relevância, gestão e as fontes de financiamento dessa política. No plano metodológico fundamenta-se na análise crítica do financiamento e dos gastos orçamentários. Os resultados demonstram uma redução da relevância dos gastos em saneamento na última década, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão como principal instituição pública com atuação na área e as tarifas como principal fonte de recursos.

Palavras-Chaves: Saneamento Básico; Maranhão; Financiamento; Gestão.

ABSTRACT

The article analyzes the financing and management of public spending on basic sanitation carried out by the State of Maranhão in the period from 2009 to 2018, highlighting the amount, relevance, management and funding sources of this policy. At the methodological level, it is based on the critical analysis of financing and budget expenditures. The results show a reduction in the relevance of sanitation expenditures in the last decade, the Maranhão Environmental Sanitation Company as the main public institution operating in the area, and tariffs as the main source of funds.

Keywords: Basic Sanitation; Maranhão; Financing; Management.

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão. Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: j.rui@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, as ações de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico são de competência comum de todos os entes federados, ou seja, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988). Entretanto, o país apresenta uma situação preocupante no que diz respeito às condições de saneamento básico.

De acordo com dados oficiais divulgados no Painel de Saneamento Brasil, referentes ao ano de 2017, organizado pelo Instituto Trata Brasil, mais de trinta e três milhões de pessoas não tem acesso à água potável, e mais de noventa e cinco milhões não possuem nenhum sistema de coleta de esgotos em suas residências, o que por consequência tem impacto direto nas condições ambientais e na qualidade de vida das pessoas. No Estado do Maranhão a situação é ainda pior, mais de 5,2 milhões de pessoas não tem coleta de esgotos, o que corresponde a mais 88% da população do Estado, e mais de 2,7 milhões de pessoas não tem acesso à água tratada, o que corresponde a mais 47% da população maranhense (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2019).

Diante destes dados alarmantes e da responsabilidade solidária dos entes federados, conforme disciplinado pela Carta Magna, este artigo tem como objetivo analisar os gastos em saneamento básico efetuados pelo Governo do Estado do Maranhão no período de 2009 a 2018, buscando identificar o montante de recursos efetivamente aplicados, as principais fontes de financiamento e os principais órgãos gestores e nos últimos dez anos.

Considerando que a atividade governamental constitui uma luta constante por obter recursos e distribuí-los entre diferentes atividades estatais, a análise do financiamento e da forma de gestão, pode revelar as características essenciais das políticas de saneamento no Maranhão, apontando fatores que podem facilitar ou restringir a formulação, a implementação e os resultados. Neste sentido, em consonância com a metodologia de análise proposta por Evilásio Salvador e Sandra Oliveira Teixeira (2014), este artigo busca responder as seguintes questões: qual é o montante, a relevância e as fontes de financiamento do gasto público na área de saneamento, efetuados pelo Governo do Estado do Maranhão?

Fagnani (2009, p. 123) aponta que “Na maior parte das vezes, a retórica oficial procura ocultar os verdadeiros desígnios das ações governamentais. O gasto e o financiamento das políticas sociais podem desmascarar esta retórica”. Neste mesmo sentido, José Paulo Netto (2009) assinala que o conhecimento das Políticas Sociais implica, antes de tudo, no conhecimento das suas fontes e formas de financiamento.

Assim, elaborou-se uma série histórica visando identificar a evolução dos gastos com as ações de saneamento ao longo de dez anos, entre 2009 e 2018, bem como a variação do comportamento deste gasto no período analisado, de modo a identificar características gerais do gasto em diferentes contextos. Neste quesito específico, efetuou-se o deflacionamento dos valores pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), de forma a evidenciar os valores reais eliminando os efeitos da variação de preços e da desvalorização da moeda no período.

A magnitude do gasto social corresponde à dimensão do gasto social no âmbito da totalidade da intervenção do Estado, permitindo apreender a relevância do gasto social na agenda estatal e verificar se os recursos são compatíveis ou não com as necessidades sociais. No que tange a este aspecto, optou-se por comparar os valores gastos nas ações de saneamento com o total executado pelo Governo do Estado do Maranhão. Além disso, buscou-se identificar quais órgãos são responsáveis pela condução dessa política. Por fim, foi analisado o financiamento das políticas de saneamento, visando identificar as características e a origem dos recursos públicos aplicados. Neste quesito realizou-se a discriminação dos gastos por fonte de recursos.

Considerando ainda que o orçamento público brasileiro tem caráter autorizativo, os dados constantes deste artigo correspondem aos valores efetivamente executados/liquidados e foram extraídos diretamente dos sistemas de execução financeira e orçamentária do Estado do Maranhão e coletados junto à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), via Lei de Acesso a Informação.

Este artigo está organizado em três seções: esta introdução, a segunda seção sumariza os dados e resultados da pesquisa, e a terceira e última seção apresenta algumas notas conclusivas.

2 FINANCIAMENTO E GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO MARANHÃO

Os dados demonstram que no período de 2009 a 2018, enquanto o total dos gastos realizados pelo Estado do Maranhão cresceu de 7,6 bilhões para 18,9 bilhões de reais, os valores gastos com saneamento foram de 246,7 milhões em 2009 para 480,6 milhões em 2018. Quando se corrige esses valores pelo IGP-DI nota-se uma diferença menor entre os montantes gastos, entre os anos de 2009 e 2018. O que num primeiro momento poderia representar um aumento de quase 100% nos volumes de recursos investidos, na verdade representa um acréscimo de apenas 11%. Considerando os valores corrigidos, os dados apontam que durante esse período os gastos atingiram um patamar mínimo de 348,2 milhões em 2010, e o maior valor foi no último ano da série histórica quando atingiu a marca de 480,6 milhões. No conjunto, os piores anos foram os de 2010, 2011 e 2015 quando os valores ficaram abaixo dos 400 milhões. Já os melhores anos foram os de 2013, 2014, 2017 e 2018, quando o montante gasto ultrapassou a barreira dos 460 milhões de reais.

Quando se analisa a relevância destes gastos, ou seja, sua representatividade no conjunto da ação estatal nota-se uma redução significativa, visto que em 2009 os gastos com saneamento representavam 3,24% do total, enquanto no ano de 2018 os gastos representaram apenas 2,54%. Destaca-se ainda que o ano de 2009 foi a única vez, em toda a série histórica, que os gastos com saneamento ultrapassaram a barreira dos 3%, apresentando o maior volume de gastos relativos ao orçamento geral do estado, enquanto o ano de 2015 foi o que apresentou menor valor, de 2,37%.

No geral, os gastos com saneamento giraram em torno de 2,6% dos gastos realizados pelo Estado. Assim, apesar do leve acréscimo de 11% no montante dos gastos, no período de 2009 a 2018, quando se analisa a relevância destes gastos perante o orçamento geral do Estado nota-se uma redução significativa. Deste modo, pode-se afirmar que durante a última década não houve uma forte intervenção do Estado na questão do saneamento no Maranhão, mesmo diante dos péssimos indicadores que o Estado apresenta.

Tabela 1 – Montante dos gastos com saneamento no período de 2009 a 2018

CLASSIFICAÇÃO	ANOS				
FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Saneamento	246.713.060	131.817.990	192.022.301	288.831.846	360.140.611
Saúde	0	88.819.635	69.667.136	4.204.975	577.500
Saneamento Rural	0	81.799.068	68.039.994	2.755.000	577.500
Saneamento Urbano	0	7.020.567	1.627.143	1.449.975	0
Total	246.713.060	220.637.624	261.689.437	293.036.821	360.718.111
Orçamento Geral	7.607.504.190	8.445.930.409	9.129.257.116	10.787.275.812	13.455.052.684
Participação no Orçamento em %	3,24%	2,61%	2,87%	2,72%	2,68%
Total Corrigido pelo IGP-DI	431.373.517	348.295.862	391.265.145	408.587.775	476.753.408
CLASSIFICAÇÃO	ANOS				
FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
Saneamento	368.013.569	322.411.779	368.174.478	432.187.728	474.579.318
Agricultura	0	0	0	1.381.196	0
Saneamento Rural	0	0	0	1.381.196	0
Assistência Social	0	0	4.795.716	8.160.624	5.851.691
Saneamento Rural	0	0	4.795.716	8.160.624	5.851.691
Saúde	1.652.651	0	498.068	162.256	154.206
Saneamento Rural	1.652.651	0	498.068	162.256	154.206
Saneamento Urbano	0	0	0	0	0
Total	369.666.220	322.411.779	373.468.262	441.891.804	480.585.216
Orçamento Geral	13.359.531.797	13.580.442.895	15.239.256.219	16.960.031.919	18.900.772.547
Participação no Orçamento em %	2,77%	2,37%	2,45%	2,61%	2,54%
Total Corrigido pelo IGP-DI	469.334.887	370.066.529	401.605.846	476.777.483	480.585.216

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão (SEPLAN).

No que tange a gestão, os dados demonstram que durante o período analisado o principal órgão gestor dos gastos com saneamento é a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, com mais de 97% dos gastos. Conforme informações disponíveis no site da instituição, a CAEMA atende com água tratada cento e cinquenta e seis sistemas de abastecimento de água dos duzentos e dezessete municípios maranhenses, e as duas maiores cidades do Maranhão (São Luís e Imperatriz) no que se refere ao esgotamento sanitário (CAEMA, 2019).

Tabela 2 – Gastos por órgão gestor no período de 2009 a 2018

Órgãos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	221.370.646	211.017.714	253.969.655	288.831.846	360.140.611	368.013.569
Fes/Unidade Central	23.778.202	9.619.910	7.719.782	4.204.975	577.500	1.652.651
Sec. de Planejamento e Orçamento	1.564.212	0	0	0	0	0
Total	246.713.060	220.637.624	261.689.437	293.036.821	360.718.111	369.666.220
Órgãos	2015	2016	2017	2018	Acumulado	%
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	322.411.779	367.514.660	431.142.062	460.936.925	3.285.349.467	97,46%
Fes/Unidade Central	0	498.068	162.256	154.206	48.367.550	1,43%
Gerencia de Inclusão Socioprodutiva	0	4.795.716	8.160.624	10.108.629	23.064.969	0,68%
Secretaria de Agricultura Familiar	0	0	1.381.196	7.248.018	8.629.215	0,26%
Secretaria de Cidades Desenvol. Urbano	0	659.818	1.045.666	2.117.464	3.822.948	0,11%
Sec. de Planejamento Orçamento	0	0	0	0	1.564.212	0,05%
Fundo Penitenciário Estadual	0	0	0	19.974	19.974	0,00%
TOTAL	322.411.779	373.468.262	441.891.804	480.585.216	3.370.818.334	100%

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão (SEPLAN).

A CAEMA é uma sociedade de economia mista, ou seja, uma sociedade anônima que visa à exploração de atividade econômica, criada pelo Poder Executivo Estadual com a finalidade de coordenar o planejamento e executar, operar e explorar serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, no território do Estado, mediante convênios com os municípios (MARANHÃO, 1966).

Em segundo plano, o Fundo Estadual de Saúde operado pela Secretária de Estado da Saúde teve uma participação de apenas 1,43% dos gastos no período. Contudo, destaca-se que esta Secretaria chegou a gerir mais de 23,7 milhões de reais no ano de

2009, o que representou quase 10% dos recursos em saneamento, entretanto este valor foi reduzido paulatina e drasticamente a partir de 2010. Os dados evidenciam ainda uma diversificação dos órgãos que atuam na área de saneamento a partir do ano de 2016, com destaque para Gerência de Inclusão Socioprodutiva e Secretaria de Agricultura Familiar, contudo, com valores bem inferiores aos realizados pela CAEMA.

Para análise do financiamento se optou pela divisão em períodos, conforme os Planos Plurianuais. No primeiro período analisado de 2009 a 2011, observou-se que a maior parte dos gastos com saneamento tem como fonte de financiamento “Recursos Diretamente Arrecadados”, que são aqueles recolhidos através da cobrança de tarifas dos usuários do serviço público de abastecimento de água e coleta de esgotos. Esses valores corresponderam a 59% dos recursos aplicados no período. Outra fonte de recursos importante foram os vinculados a “Ações e Serviços Públicos de Saúde”, que corresponderam a quase 36% dos recursos aplicados neste primeiro período. Destaca-se ainda que essa fonte chegou a representar mais de 40% dos recursos investidos em saneamento entre os anos de 2009 e 2010, mas a partir de 2011 passou a apresentar uma trajetória descendente. A análise da série histórica demonstra claramente que devido à redução de recursos originados da fonte “Ações e Serviços Públicos de Saúde”, a utilização de “Recursos Ordinários - Tesouro” passa adquirir relevância. Esta fonte, que não contribuiu com o financiamento do saneamento nos anos de 2009 e 2010, atinge a marca de 11% em 2011, sendo a terceira principal fonte no período, com 4% dos recursos.

A análise do período seguinte de 2012 a 2015 demonstra uma completa perda de relevância da fonte “Ações e Serviços Públicos de Saúde” no financiamento do saneamento, passando a representar apenas 0,24% do volume investido. Nota-se ainda que os recursos originados dessa fonte, que chegaram a ultrapassar a marca de 100 milhões de reais em 2009, caíram de 2,7 milhões em 2012 para zero em 2015. Possivelmente, essa redução é um efeito da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, e estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo. Essa lei estabeleceu que as ações de saneamento básico, limpeza urbana e remoção de resíduos, e preservação e correção do meio ambiente não constituem despesas com

ações e serviços públicos de saúde para fim de apuração da aplicação dos recursos (BRASIL, 2012). Assim, essa fonte de recursos deixou de contribuir com o financiamento das ações de saneamento.

Os recursos diretamente arrecadados mantiveram o mesmo patamar, em torno de 58%, entre as fontes financiamento. Observa-se ainda um aumento expressivo da fonte “Recursos Ordinários – Tesouro”, que assume a segunda posição como principal forma de financiamento do saneamento no Maranhão. Enquanto no período anterior essa fonte representava 4% dos recursos investidos, no período de 2012 a 2015 estes valores ultrapassaram a marca de 28%.

Os recursos decorrentes de “Convênios com Órgãos Federais” apresentaram um aumento importante no conjunto das fontes de recursos, passando de 0,45% no período de 2009 a 2011 para 8,6% no período seguinte, passando a condição de terceira principal fonte de financiamento do saneamento. Este número foi puxado principalmente pelo volume de gastos em 2013, que chegaram a mais de 67 milhões de reais, atingindo a marca 18,7 % do total de recursos investidos, contudo esta fonte também apresentou percentuais relevantes nos outros anos deste quadriênio, variando entre 3,8% e 5,9%. Destaca-se ainda a fonte de recursos “Operações de Crédito Interna”, que até o ano de 2012 não teve nenhuma participação no volume de recursos aplicados em saneamento, mas em 2013 teve uma participação de 5% e em 2014 de 9%, chegando a figurar como a terceira principal fonte de financiamento neste ano, no período a participação desta fonte foi de 4%.

A análise do período de 2016 a 2018 demonstra uma trajetória crescente, constante e acentuada da importância dos “Recursos Diretamente Arrecadados” no conjunto das fontes de recursos do saneamento, passando de 62,7% em 2016 para mais de 92% em 2018. Os recursos dessa fonte praticamente dobraram neste período, indo de 234 milhões de reais em 2016 para mais de 446 milhões em 2018. Em sentido oposto, a importância dos “Recursos Ordinários – Tesouro” despencou de 22,9% em 2016 para 0,3% em 2018, em termos de valores a queda foi de 85 milhões para 1,6 milhões. Os recursos dessa fonte representaram apenas 13,3% do valor investido no triênio, enquanto no período anterior era de 28,7%. Os recursos advindos de “Convênios com Órgãos Federais” passaram de 8,6% no período anterior para 5,4%, figurando ainda como terceira fonte de recursos em termos de relevância

Tabela 3 – Gastos por fonte de recursos no período de 2009 a 2011

FONTE	2009	%	2010	%	2011	%	2009-2011	%
Ações e Serviços Públicos de Saúde	101.724.219	41,23	88.819.635	40,26	69.667.136	26,62	260.210.990	35,69
Convênios com Órgãos Federais	497.848	0,20	0	0,00	2.791.848	1,07	3.289.696	0,45
Doações de Entidades Nacionais	1.564.212	0,63	0	0,00	0	0,00	1.564.212	0,21
Recursos Diretamente Arrecadados	142.839.974	57,90	131.817.990	59,74	157.601.626	60,22	432.259.590	59,29
Recursos Ordinários – Tesouro	0	0,00	0	0,00	29.870.560	11,41	29.870.560	4,10
Contrapartida Estadual Convênios Federais	86.807	0,04	0	0,00	1.758.268	0,67	1.845.075	0,25
Total	246.713.060	100	220.637.624	100	261.689.437	100	729.040.123	100

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados fornecidos pela SEPLAN.

Tabela 4 – Gastos por fonte de recursos no período de 2012 a 2015

FONTE	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2012-2015	%
Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.755.000	0,94	385.000	0,11	67.758	0,02	0	0,00	3.207.758	0,24
Convênios com Órgãos Federais	17.344.113	5,92	67.419.771	18,69	18.441.339	4,99	12.347.145	3,83	115.552.369	8,59
Operações de Crédito Interna	0	0,00	17.733.114	4,92	34.139.765	9,24	3.356.851	1,04	55.229.729	4,10
Recursos Diretamente Arrecadados	173.803.965	59,31	184.807.161	51,23	224.232.877	60,66	200.538.565	62,20	783.382.567	58,21
Recursos Ordinários – Tesouro	96.412.736	32,90	90.342.361	25,05	92.784.482	25,10	106.169.218	32,93	385.708.797	28,66
Contr. Estadual Convênios Federais	2.721.007	0,93	30.704	0,01	0	0,00	0	0,00	2.751.711	0,20
Total	293.036.821	100	360.718.111	100	369.666.220	100	322.411.779	100	1.345.832.931	100

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados fornecidos pela SEPLAN.

Tabela 5 – Gastos por fonte de recursos no período de 2016 a 2018

FONTE	2016	%	2017	%	2018	%	2016-2018	%
Ações e Serviços Públicos de Saúde	256	0,00	20.466	0,00	0	0,00	20.722	0,00
Adicional ICMS – FUMACOP	7.772.367	2,08	6.720.959	1,52	6.325.384	1,32	20.818.709	1,61
Convênios com Órgãos Federais	32.083.848	8,59	18.171.127	4,11	20.193.878	4,20	70.448.852	5,44
Operações de Crédito Interna	14.023.748	3,76	8.432.302	1,91	5.588.606	1,16	28.044.656	2,16
Recursos Diretamente Arrecadados	234.132.195	62,69	322.711.615	73,03	446.833.577	92,98	1.003.677.387	77,45
Recursos Ordinários – Tesouro	85.455.848	22,88	85.835.336	19,42	1.643.772	0,34	172.934.955	13,34
Total	373.468.262	100	441.891.804	100	480.585.216	100	1.295.945.282	100

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados fornecidos pela SEPLAN

3 CONCLUSÃO

Em síntese, os dados apontam que a política de saneamento ocupa um lugar marginal na agenda governamental do Estado do Maranhão, como ficou evidenciado pelo baixo volume de recursos aplicados. Além disso, na última década houve uma redução significativa do percentual de recursos investidos nesta área. Esta redução pode ser considerada uma das causas dos péssimos indicadores de saneamento básico que o Maranhão apresenta.

Considerando que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão é o principal órgão de atuação estatal na política de saneamento básico do Maranhão, e que esta instituição é uma sociedade de economia mista, é importante problematizar e compreender os efeitos desse modelo de organização e gestão no âmbito das políticas de saneamento. Visto que na gestão empresarial, as decisões sobre a hierarquização das ações tendem a ser presididas pelo critério da rentabilidade financeira, em detrimento das carências sociais da população.

Por fim, a análise do financiamento demonstrou que em todo período estudado a principal fonte de financiamento do saneamento são os recursos originados das tarifas dos usuários, com um percentual de participação que variou entre 51,2% em 2013 e 93% em 2018. Destaca-se que até 2011, os recursos oriundos de “Ações e Serviços Públicos de Saúde” ocupavam um papel relevante entre as fontes de financiamento. Contudo, em decorrência das limitações impostas pela legislação, o Estado se viu obrigado a buscar outras fontes de recursos, visto que os recursos oriundos de tarifas dos usuários não se mostraram suficientes ao custeio dessa política. A partir de 2018, há um aumento expressivo do volume e da relevância de recursos diretamente arrecadados, o que pode ser considerado um indício importante de melhoria da eficiência e da sustentabilidade econômica desta política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 31 ago. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.** Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm Acesso em: 31 ago. 2019.

FAGNANI, E. Avaliação do ponto de vista do Gasto e Financiamento das Políticas Públicas. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.p.119-130.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Brasil.** Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=21>. Acesso em 31 ago. 2019.

MARANHÃO. **Lei nº 2.653, de 06 de junho de 1966.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: http://www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1408&Itemid=328 Acesso em: 15 jul. 2019.

MARANHÃO. Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA. **Estatuto Social.** Alterações aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de setembro de 2018. Assessoria de Governança Corporativa. São Luís, 2018. Disponível em: http://www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php?option=com_docman&Itemid=308 Acesso em: 31 ago. 2019.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

SALVADOR, E; TEIXEIRA, S. O. Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 1, 2014.



ANAIS DO III SINESPP 2020

**Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas
Públicas/: Teresina-PI: EDUFPI/LESTU, 2020)**

Editoração: Lestu Publishing Company

Disponível versão digital: <https://sinespp.ufpi.br/anais.php>